

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

O ESTADO DA ARTE DE PESQUISAS JURÍDICAS BRASILEIRAS SOBRE A ÁGUA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Beatriz Carla Oliveira Lima¹
Thiago Henrique Costa Silva²

Direito, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sul, Morrinhos, Goiás, Brasil
biaoliveiralima870@gmail.com, thiagocostasilva@ueg.com

Resumo: Esta pesquisa visa discutir os conceitos de segurança e soberania hídrica, principalmente em uma dimensão jurídica. Tendo em vista o grande fluxo de publicações e a complexidade da temática, pretende-se mapear as produções científicas, em nível de pós-graduação, que tenham a água enquanto objeto, restrito a um recorte temporal de 10 anos, identificando quais são as principais perspectivas e lacunas teóricas. A pesquisa baseou-se na metodologia de revisão sistemática bibliográfica, descrita por Sampaio e Mancini e Trivellato, de tipo “estado da arte”, a qual irá se percorrer os seguintes caminhos: (1) definição da pergunta científica, (2) identificação: busca na base de dados e definição das palavras-chaves; (3) selecionados: leitura e exclusão de documentos após a ausência de relação com a pesquisa (4) elegíveis: estudos lidos na íntegra e elegíveis; (5) indicados: todos os estudos incluídos para a feitura do estado da arte. Foi definida como base de dados, a Plataforma CAPES, a partir do uso das palavras chaves definidas: “água”, “recurso hídrico”, “segurança hídrica” e “soberania hídrica”, restritos ao lapso temporal de 2012-2022. Quanto aos temas, destaca-se a água enquanto mercadoria, a água enquanto direito fundamental e aos aspectos de soberania e segurança hídrica e seus múltiplos aspectos integrativos. Como lacuna de pesquisa, percebe-se pouca discussão sobre a relação água-comida e a necessidade de ampliação do debate da água enquanto direito fundamental, a partir das experiências jurídicas brasileiras e nacionais, diante das exclusões e conflitos hídricos.

Palavras-chave: Hídrico, Revisão Sistematizada de Literatura, Direitos Fundamentais.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Goiás. Pesquisadora Voluntária VIC-UEG. Bolsista de Desenvolvimento Institucional – UEG. E-mail: bialiveiralima870@gmail.com.

² Doutor em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando e Mestre em Direito Agrário pela UFG. Docente da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: thiagocostasilva@ueg.br.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

1. INTRODUÇÃO

Águas a perder de vista. Águas longe das vistas. Águas potáveis. Águas contaminadas. Águas para direitos. Águas para dinheiro. Desde o final do século XX, no Brasil, a água, antes associada quase que exclusivamente às discussões energéticas, vem ocupando, cada vez mais, o centro dos debates em diversos níveis políticos e acadêmicos. Contudo, o que se observa em grande parte das discussões, sobretudo nas travadas em âmbito governamental, é a ideia comum de tratar a água como um recurso voltado ao desenvolvimento, logo, problemas como a sua privação e o modo desigual de (des)apropriação são invisibilizados ou tratados como meras dificuldades de gestão e distribuição. Esta pesquisa visa discutir os conceitos de segurança e soberania hídrica, principalmente em uma dimensão jurídica.

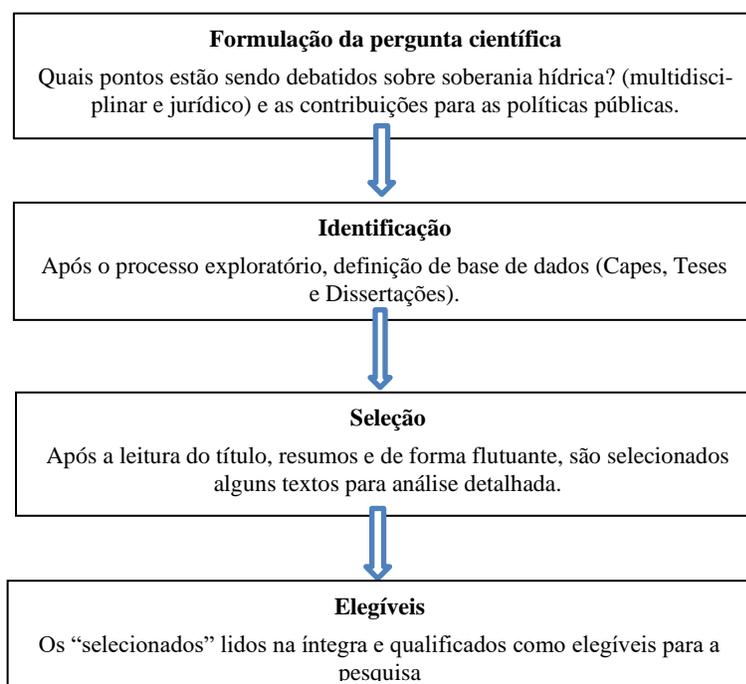
Sabe-se, entretanto, que a água, enquanto objeto de estudo, não é algo absolutamente inédito, porém esta pesquisa pretende identificar a fronteira do conhecimento jurídica sobre o tema. Tendo em vista o grande fluxo de publicações e a complexidade da temática, ressalta-se a importância de conhecer os principais autores, linhas apresentadas, assim como identificar perspectivas incessantemente trabalhadas e as menos desenvolvidas. Nesta linha, somado a todos estes fatores, questiona-se quais foram as perspectivas levantadas ao longo dos últimos dez anos (2012-2022), no âmbito jurídico, e, por conseguinte, quais são as lacunas teóricas, os caminhos para as próximas pesquisas sobre gestão e normatização da água.

2. CAMINHOS METODOLOGICOS

A metodologia utilizada na presente pesquisa baseou-se na descrição geral do processo de revisão sistemática apresentada por Sampaio e Mancini (2007) e no esquema de busca e seleção utilizado por Trivellato *et al.* (2019). (Figura 1). Serão realizadas cinco etapas para se chegar aos resultados, sendo elas: (1) definição da pergunta científica, (2) identificação; (3) seleção; (4) elegíveis; (5) indicados.



Figura1 – Etapas do estado da arte



Na plataforma Capes, aplicando os filtros: (1) Tipo: mestrado, doutorado; (2) Ano: 2012 a 2022; (3) Grande área do conhecimento: ciências humanas; ciências sociais aplicadas; multidisciplinar; (4) área do conhecimento: ciência política; direito; direito constitucional; direito processual civil; direito público; direitos especiais; políticas públicas; serviço social; sociais e humanidade; sociologia; economia; política internacional; meio ambiente e agrárias; ciência ambiental. Adicionou-se aos filtros acima, a combinação dos termos: “água” e “segurança hídrica”; “água” e soberania hídrica”; “recurso hídrico” e “segurança hídrica”; e “recurso hídrico” e “soberania hídrica”. Dessa filtragem, eliminando os repetidos, foram encontrados 8174 resultados.

A seleção dos textos foi baseada na somatória de filtros e adequação temática, sendo divididos nas categorias de meio ambiente, direito humanos e político-econômico e subdivididos nos elementos apresentados na Tabela 1, que vão ser analisados de forma sistemática ao decorrer da pesquisa.



Tabela 1 – Categorias e Atributos

Categorias	Elementos
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • direito como ferramenta de controle • garantias de distribuição • reconhecimento da água como um bem (de uso) comum • justiça hídrica
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • poluição hídrica • mudanças climáticas • pegada hídrica • proteção dos recursos naturais
Político-econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • crise hídrica • acesso à água • gestão participativa • desenvolvimento sustentável • água virtual • conflitos de distribuição da água • privatização e mercantilização da água

Os trabalhos acadêmicos selecionados, seguindo o objetivo da pesquisa de estudar o tema principalmente em uma abordagem jurídica, ainda que a área de concentração do programa seja alguma área correlata.

3. RESULTADOS

Verificou-se que as pesquisas analisadas utilizaram diferentes abordagens teóricas e metodológicas, o que indica a diversidade de perspectiva em relação aos temas tratados. A principal metodologia aplicada é de revisão bibliográfica (22) e pesquisa documental (11), seguida de análise indireta de dados (08) e estudos de casos (05). Em poucos estudos (02), também foi utilizada a coleta de dados por meio de entrevistas, permitindo uma abordagem mais empírica e detalhada do tema.

Com base nas pesquisas analisadas, constatou-se que o estudo do tema da água é abordado em diversas áreas de concentração, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas, nas Humanidades e nas Ciências

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

Ambientais, com destaque para os aspectos disciplinares da Geografia, Ciências Econômicas e do Direito. Todavia, notou-se uma predominância dos estudos provenientes de instituições de pesquisas da região Sul e Nordeste.

Quanto aos temas, destaca-se a água enquanto mercadoria, a água enquanto direito fundamental e aos aspectos de soberania e segurança hídrica e seus múltiplos aspectos integrativos.

Como lacuna de pesquisa, percebe-se pouca discussão sobre a relação água-comida e a necessidade de ampliação do debate da água enquanto direito fundamental, a partir das experiências jurídicas brasileiras e nacionais, diante das exclusões e conflitos hídricos. Ademais, a relação campo-cidade em torno do uso da água é pouco explorado, destacando-se poucos estudos sobre a pegada hídrica e a água virtual, sobretudo internacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás (UEG) pelo suporte na realização na pesquisa.

REFERÊNCIAS

DOURADO, José Aparecido Lima. Agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano: notas introdutórias. **Revista GeoAmazônia**. Belém, v. 2, n. 2, p. 122 - 133, jul. dez. 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso à terra e à água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 16, n. especial, p. 3-15, maio 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde**: Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo.ed. [s.l.]: Edições Mahatma, 2015.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água)**: os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus Impactos nos Arranjos Territoriais. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2007.

TRIVELLATO, P. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 865-874, 2019.